

<https://doi.org/10.26512/pl.v10i19.34935>

Artigo recebido em: 30/10/2020

Artigo aprovado em: 12/02/2021

Artigo publicado em: 05/05/2021

DISTINÇÃO ENTRE MÉTODO MATEMÁTICO E FILOSÓFICO EM KANT o problema da síntese na filosofia¹

DISTINCTION BETWEEN MATHEMATICAL AND PHILOSOPHICAL METHOD IN KANT the problem of synthesis in philosophy

Ana Letícia Arelaro²

(analeticia.arelaro@hotmail.com)

RESUMO

Este artigo procura compreender a distinção entre método matemático e filosófico feita por Kant no período pré-crítico e no crítico. A hipótese central é que, ao distinguir matemática e filosofia, Kant nunca propôs um método filosófico de mera análise conceitual. Para defendê-la, primeiro examinamos a *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*, procurando destacar que Kant propõe, nesse tratado, que o método adequado para a filosofia deve tomar como base uma *experiência interior* do objeto. Em seguida, examinamos a *Disciplina da razão pura*, presente na primeira *Crítica*, onde Kant, depois de esclarecer a diferença entre filosofia e matemática, propõe uma solução tão importante quanto paradoxal: caberia à filosofia crítica um método de *síntese a priori por conceitos*. Assim, nossa leitura se contrapõe à interpretação de Schelling, segundo a qual Kant teria proposto um método para a filosofia que se restringe à análise lógica de conceitos.

Palavras-chave: Método filosófico. Método matemático. Disciplina da razão pura. Síntese *a priori* por conceitos. Construção de conceitos.

ABSTRACT

This article seeks to understand the distinction between mathematical and philosophical method made by Kant in the pre-critical and critical periods. The central hypothesis is that, in distinguishing mathematics and philosophy, Kant never proposed a philosophical method of mere conceptual analysis. To defend it, we first examine *Inquiry concerning the distinctness of the principles of natural theology and morality*, trying to highlight that Kant proposes that the appropriate method for philosophy must be based on an *inner experience* of the object. Then, we examine *Discipline of pure reason* present in the first *Critique*, where Kant, after clarifying the difference between philosophy and mathematics, proposes

¹Este artigo toma como base e desenvolve a pesquisa que apresentei na Monografia de Conclusão de Curso em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos. Agradeço ao CNPq pelo financiamento dessa pesquisa; ao meu orientador Paulo Licht dos Santos; e aos pareceristas Marcos César Seneda e Francisco Prata Gaspar, pelos profícuos comentários feitos à Monografia, que muito contribuíram para o presente texto.

²Graduada em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2781754299800705>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3301-4033>.



a solution as important as paradoxical: critical philosophy would be responsible for a method of *synthesis a priori by concepts*. Thus, our reading is opposed to Schelling, who argues that Kant would have proposed a method restricted to the logical analysis of concepts for philosophy.

Keywords: Philosophical method. Mathematical method. Discipline of pure reason. *A priori* synthesis by concepts. Construction of concepts.

INTRODUÇÃO: O PROBLEMA DO MÉTODO NA FILOSOFIA

A questão acerca da possibilidade de incorporação do método matemático na filosofia - sobretudo na metafísica - era tema comum na filosofia do século XVIII (cf. CASANAVE, 2002, p. 661). Insere-se nesse contexto o tratado de Kant de 1764, *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*, que procura responder à questão, divulgada em 1761, proposta pela Academia Real de Ciências de Berlim

Perguntamos se as verdades da metafísica em geral e, em particular, os primeiros princípios da teologia natural e da moral são suscetíveis da mesma evidência que as verdades matemáticas e, no caso de não o serem, qual é a natureza de sua certeza, a que grau podem chegar e se esse grau é suficiente para a convicção (KANT, 2005, p. 101)³.

Na *Crítica da razão pura*, Kant volta a investigar a distinção entre método matemático e filosófico. Na *Doutrina transcendental do método*, Kant diferencia o método filosófico do método matemático do seguinte modo: “O conhecimento filosófico é o conhecimento da razão por conceitos, e o matemático por construção de conceitos. Construir um conceito, porém, significa expor a intuição *a priori* a ele correspondente” (*KrV*, A713/B741)⁴. Kant mostra, com isso, que a filosofia não pode imitar o método matemático, uma vez que não pode construir conceitos a partir da intuição *a priori*. Em seguida, Kant diz que a filosofia “se atém apenas aos conceitos universais” e que a matemática “corre logo para a intuição, onde considera o conceito *in concreto*, ainda que não empiricamente” (*KrV*, A715/B743). Por essa passagem, Kant parece defender que a filosofia, não podendo jamais recorrer à construção de conceitos, deveria ater-se somente à análise deles.

³ Essa passagem encontra-se na nota do tradutor na página inicial da *Investigação* de 1764, antes, portanto, da referência à edição da Academia (cf. Kant, 2005, p. 101). É também essa nota que traz a informação sobre o ano (1761) de divulgação da questão proposta pela Academia Real de Ciências de Berlim. As demais citações da *Investigação* seguem o padrão da edição da Academia (AA).

⁴ A *Crítica da razão pura* é citada segundo as edições A (1781) e B (1787); demais citações das obras de Kant segundo a *Akademie Ausgabe* (AA).



Essa tese kantiana receberá a objeção de Schelling, que, no seu artigo *Sobre a construção na filosofia*, afirma que Kant “concebe o método demonstrativo na filosofia apenas no espírito do dogmatismo e como análise lógica” (SCHELLING, 2001, p. 89). Schelling, ao mencionar o problema relativo ao método na filosofia transcendental, defende que a filosofia deve trabalhar com a construção de conceitos, pois, sem o método da construção de conceitos, teríamos somente uma mera análise de conceitos vazia. É assim que, ao comentar a passagem da *Doutrina transcendental do método* que distingue o geômetra do filósofo⁵, Schelling dirige sua crítica a Kant

Ao mesmo tempo se seguiria dessa passagem que o filósofo, segundo Kant, não poderia operar com os conceitos, aos quais está limitado, de outra maneira senão analiticamente. É essa a opinião de Kant ou esse capítulo posterior esqueceu os anteriores? (SCHELLING, 2001, p. 93)

79 A menção a Schelling é importante aqui para delimitar a hipótese que este artigo pretende sustentar. Em oposição à leitura de Schelling de que a filosofia “segundo Kant, não poderia operar com os conceitos, aos quais está limitado, de outra maneira senão analiticamente”, pretendemos mostrar que, tanto no período pré-crítico quanto no crítico, ao distinguir filosofia e matemática, Kant não propõe um método de mera análise conceitual para a filosofia. No tratado de 1764, Kant propõe um procedimento empírico, que toma como modelo o método empregado por Newton nas ciências da natureza, ao passo que na *Crítica*, Kant propõe para a filosofia um método de *síntese* por meros conceitos.

De outro modo, ater-se, na filosofia, à mera análise de conceitos, seria permanecer no erro da metafísica dogmática, denunciado por Kant nos dois períodos. Ao contrário, é importante notar que já no período pré-crítico Kant defendia que a filosofia não deveria se restringir à decomposição analítica de conceitos e à formulação de definições, sustentando explicitamente que os conhecimentos filosóficos devem partir de uma *experiência interior segura* do objeto. É certo que Kant propõe na *Investigação* um método denominado analítico e retoma a necessidade da análise na *Doutrina do método*; contudo, é importante ressaltar que ‘método analítico’ não equivale, em Kant, sempre à mera análise conceitual, como Kant explicita nos *Prolegômenos*:

⁵ “Suponhamos que se dê ao filósofo o conceito de um triângulo e se deixe que ele descubra do seu modo como a soma dos seus ângulos se comporta em relação ao ângulo reto. [...] Ele pode decompor e esclarecer o conceito de uma linha reta, de um ângulo ou do número três, mas não chegará a nenhuma outra propriedade que não faça parte desses conceitos” (K_rV, A 716/B744).



o método analítico, à medida que se opõe ao sintético, é algo muito diferente de um agregado de proposições analíticas. Ele significa apenas que se parte daquilo que se está procurando, como se estivesse dado, e se ascende àquelas condições que são as únicas sob as quais ele é possível. Nesse método frequentemente não se emprega senão proposições sintéticas, como no exemplo da análise matemática, e poderia ser melhor denominá-lo método regressivo para distingui-la do método sintético ou progressivo (*Prol AA 04: 41*).

Aqui, o método analítico diz respeito ao método de exposição, analítico nos *Prolegômenos*, sintético na *Crítica da razão pura*. Desse modo, mesmo quando propõe um método analítico de exposição para a filosofia, Kant não defende que a filosofia deva se restringir à análise lógica de proposições.

Procuramos, então, mostrar que, ao distinguir filosofia e matemática, Kant não teria defendido um método que se restrinja exclusivamente à análise de conceitos, como afirma Schelling. Na *Investigação*, o método proposto deve partir de proposições empíricas, e efetuar uma análise destes dados iniciais. Na *Crítica da razão pura*, em particular na *Disciplina da razão pura*, Kant retoma parte importante do que estabeleceu na *Investigação*, contudo, Kant não enfatiza mais o caráter empírico-analítico do método filosófico; ao contrário, Kant agora propõe que a filosofia deva empregar uma síntese bastante peculiar

80

Existe uma síntese transcendental por meros conceitos, de fato, que serve apenas à filosofia, mas ela nunca diz respeito a mais do que uma coisa em geral, sob cujas condições a sua percepção poderia pertencer à experiência possível (*KrV, A719/B747*).

Ao defendermos que Kant não propôs um método de mera análise conceitual, concordamos, em parte, com a leitura compartilhada por Loparic e Scherer. Segundo essa leitura, Kant teria proposto um método “combinado de resolução (análise) e composição (síntese), cuja origem remonta à interpretação de Pappus sobre a arte de resolução de problemas dos antigos geômetras gregos” (SCHERER, 2019, p. 78). Quanto às funções de cada uma das partes, Loparic afirma: “a análise é o método de pesquisa e de descoberta, e a síntese, o da elaboração científica do conhecimento assim descoberto, tal valendo inclusive para o sistema kantiano de conhecimentos puros” (LOPARIC, 2005, p. 43/44).

No entanto, nossa leitura difere essencialmente desta, na medida em que não pretende apontar a semelhança entre o método kantiano e o método elaborado por Pappus em sua interpretação da geometria grega. O ponto central consiste em mostrar como, ao distinguir matemática e filosofia, Kant propõe um procedimento para a metafísica



muito distinto da mera análise lógica empregada pelos metafísicos dogmáticos. A radicalidade da distinção kantiana se torna especialmente clara quando a *Crítica da razão pura* introduz a noção de “síntese transcendental por meros conceitos” como peculiar ao método da própria filosofia crítica (*KrV*, A719/B747). É necessário, para compreender esse ponto, examinar a proposta kantiana para o método da filosofia nestes dois períodos, em contraste com o método empregado pelos matemáticos. Assim ficará claro o que seja o método filosófico, em particular a síntese transcendental por conceitos.

1 PERSPECTIVA PRÉ-CRÍTICA: A INVESTIGAÇÃO DE 1764 E A PROPOSTA DE UM MÉTODO EMPÍRICO-ANALÍTICO PARA A FILOSOFIA

Para entender um momento importante da perspectiva pré-crítica acerca do método da filosofia e sua distinção com o método matemático, esta primeira seção examina o tratado kantiano de 1764⁶. Para isso, a presente seção se divide em duas partes: a primeira trata da distinção entre matemática e filosofia; a segunda, do método que Kant propõe para a filosofia, para que a metafísica encontre um caminho seguro. O passo dado por esta seção, ainda que importante em si mesmo, é essencial para, depois, tornar mais clara a proposta kantiana para o método filosófico na própria *Crítica da razão pura*.

1.1 Distinção entre matemática e filosofia

A primeira consideração da *Investigação*, denominada “*Comparação geral entre os métodos de alcançar a certeza no conhecimento matemático e no conhecimento filosófico*”, é dividida em quatro parágrafos. O §1 tem como título “a matemática adquire todas as suas definições sinteticamente, a filosofia, porém, analiticamente”. Isso significa que na matemática chegamos a um conceito universal pela vinculação arbitrária (*willkürlich*)⁷ dos conceitos, o que

⁶ A *Investigação* é dividida em quatro considerações. Neste artigo abordaremos principalmente as duas primeiras, pois nelas Kant trata diretamente da distinção entre método matemático e filosófico, e da caracterização deste último. Na terceira consideração Kant investiga o grau de certeza que a metafísica pode atingir; a quarta consideração trata dos fundamentos da teologia natural e da moral.

⁷ Sobre a utilização da palavra arbitrário nas traduções em língua portuguesa, Seneda comenta: “Arbitrário (*willkürlich*), em português, dá ensejo a muitos equívocos, pois essa palavra circula em geral por contextos pejorativos, indicando procedimentos avessos a normas ou regras. A utilização por Kant desse termo é consciente e intencional, tanto que aparece na *Lógica* de Jäsche, quando comenta a origem lógica dos conceitos (Log AA 09: 94), e quando descreve as definições sintéticas por construção de conceitos (Log AA 09: 141). Kant utiliza essa palavra de um modo todo positivo,



quer dizer que o conceito surge paralelamente à sua definição, desse modo, o próprio conceito do objeto é concebido na definição. “Pensam-se arbitrariamente, por exemplo, quatro retas que encerram um plano, tal que os lados opostos não sejam paralelos, e denomina-se essa figura um trapézio” (UD, AA 02: 276).

Já na filosofia, a definição de um conceito é obtida pelo desmembramento deste. Inicialmente, o conceito dado ao filósofo é confuso e indeterminado, de modo que o objetivo do desmembramento é torná-lo minucioso e determinado. Esse procedimento constitui-se na análise de conceitos. Ou seja, enquanto a matemática cria um conceito arbitrário a partir da conexão de conceitos mais elementares, indo do simples para o composto; a filosofia faz o movimento contrário ao desmembrar conceitos confusos e mal determinados em suas partes elementares. Kant aqui enfatiza que na filosofia “já está dado o conceito de uma coisa” (UD, AA 02: 276) que deve então ser analisado, *i. e.*, o conceito não pode ser concebido pela síntese, como na matemática. Apesar de Kant se referir à filosofia como decomposição e análise de conceitos nesse parágrafo, veremos que essa análise não se restringe à mera análise vazia. Contudo, é necessário primeiro nos determos em outros pontos da distinção entre matemática e filosofia.

82

O §2 denominado “a matemática considera, em suas resoluções [*Auflösungen*], demonstrações e inferências, o universal sob os sinais *in concreto*, a filosofia considera o universal pelos sinais *in abstracto*.” Nesse parágrafo Kant compara a linguagem própria da matemática (aritmética e geometria) com a linguagem filosófica. Na aritmética, utilizamos sinais que designam, por exemplo, a adição, subtração, etc; a partir desses sinais procedemos com regras fáceis e seguras, a fim de decifrar o significado das inferências simbólicas. Quanto à geometria, Kant diz

Na geometria, em *segundo lugar*, para conhecer as propriedades, de todos os círculos, desenha-se um em que se traçam duas linhas, em vez de todas as linhas possíveis que se cortam em seu interior. Com essas duas linhas demonstram-se as relações e nela se considera *in concreto* a regra universal das relações das linhas que se cruzam em todos os círculos (UD, AA 02: 278).

Já a filosofia possui um procedimento completamente diverso, pois ela se serve apenas de palavras; desse modo, ela não dispõe de regras fáceis e seguras que possam traduzir um

designando a construção de propriedades que foram excogitadas por escolha deliberada” (SENEDA, 2018, p. 46).



argumento⁸. A conexão entre palavras não pode designar relações dos pensamentos filosóficos. Isso ocorre porque na filosofia não é possível usar sinais individuais, mas somente conceitos universais das próprias coisas. Por isso, no conhecimento filosófico, devemos ter o conceito sempre *diante dos olhos*⁹ em cada pensamento, e o universal é sempre representado *in abstracto* (UD, AA 02: 278-279).

O §3 denominado “Na Matemática há poucos conceitos irresolúveis e poucas proposições indemonstráveis, na Filosofia, porém, inúmeros”, assim como o parágrafo anterior, evidencia como a linguagem própria da filosofia não pode possuir a mesma clareza e facilidade que a linguagem matemática. Aqui, Kant argumenta que o desmembramento de conceitos é exigido na filosofia em vista tanto da distinção do conhecimento, quanto das possibilidades de inferências seguras; entretanto, ele nos fornece conceitos irresolúveis, “pois é impossível que conhecimentos universais de tão grande variedade devam ser compostos por poucos conceitos fundamentais” (UD, AA 02: 280).

Kant fornece alguns exemplos desses conceitos. Os conceitos representação, simultaneidade e sucessão não podem ser resolvidos. Os conceitos de espaço e tempo, sentimentos da alma humana, como o sublime, o belo, o repugnante, só podem ser resolvidos em parte. Os conceitos filosóficos - especialmente os da metafísica - não podem ser resolvidos, pois não podem ser derivados de conceitos mais fundamentais.

Na matemática, pelo contrário, há certo número de proposições indemonstráveis, a partir das quais todas as outras verdades são demonstradas. Na filosofia, uma vez que possuo inicialmente apenas um conceito composto de modo confuso e indeterminado e procuro tornar tal conceito distinto a partir de seu desmembramento em conceitos mais fundamentais, não seria possível derivar o conceito composto dos conceitos mais fundamentais, pois aí “pode ocorrer o vício de considerar originária uma nota característica que ainda é deduzida” (UD, AA 02: 282).

No último parágrafo (§4) - “o objeto da matemática é fácil e simples, o da filosofia, porém, difícil e complexo” - Kant deriva uma consequência dos pontos tratados nos parágrafos anteriores. O título é explicado por Kant com a comparação entre o conceito de um trilhão e o conceito de liberdade.

⁸ Na segunda consideração, Kant retoma o caráter discursivo da linguagem filosófica, a seguinte passagem nos ajuda a compreender este uso da linguagem: “porque palavras idênticas são utilizadas, com mais frequência, para conceitos muito semelhantes, conceitos que contêm implícita, no entanto, uma considerável diversidade, então, em cada aplicação do conceito, mesmo que sua denominação pareça, segundo o uso discursivo, convir com precisão, é preciso ter muita cautela e prestar atenção se, de fato, um conceito idêntico foi vinculado ao mesmo sinal” (UD, AA 02: 284-285).

⁹ O que é preciso ter diante dos olhos não é a “base intuitiva sobre a qual se executam os passos da construção, mas a própria coisa dada juntamente com todas as suas determinações” (SENEDA, 2018, p. 47).



A relação entre um trilhão e a unidade é entendida distintamente, ao passo que os filósofos ainda não puderam, até agora, tornar compreensível o conceito de *liberdade* a partir de suas unidades, isto é, de seus conceitos simples e conhecidos. Ou seja: entre as qualidades, que constituem o objeto da filosofia, há infinitamente várias, cuja diferenciação exige muitíssimo; igualmente, é bem mais difícil resolver, por desmembramento, conhecimentos complexos do que conectar, pela síntese, conhecimentos dados simples e, assim, chegar às consequências (UD, AA 02: 282).

Vimos que na matemática os conceitos são formados por vinculação de conceitos elementares e que, conseqüentemente, são passíveis de resolução. Já a filosofia trabalha com conceitos confusos e indeterminados, os quais devem ser desmembrados pela análise, que, no entanto, nunca nos fornece uma resolução completa deles. Kant, como consequência desses pontos, afirma no §4 que os objetos da filosofia são complexos e difíceis, de modo que o conceito de *liberdade* não possa ser compreensível a partir de suas unidades (seus conceitos simples e conhecidos), pois “é bem mais difícil resolver, por desmembramento, conhecimentos complexos do que conectar, pela síntese, conhecimentos dados simples”. A matemática possui objetos fáceis e simples, pois seus conceitos derivados são formados por conceitos mais fundamentais, e essa relação pode ser distintamente compreendida.

84

Temos, portanto, quatro pontos essenciais da distinção entre método matemático e filosófico. 1. A definição na matemática é obtida pela vinculação arbitrária [*willkürlich*] de conceitos simples (síntese), na filosofia, pelo desmembramento de conceitos compostos (análise); 2. A linguagem matemática dispõe de regras fáceis e seguras – através de símbolos na aritmética e figuras na geometria –, o que quer dizer que na matemática o universal é considerado *in concreto*; já a filosofia serve-se apenas de palavras da linguagem corrente, conseqüentemente, nela o universal é considerado sempre *in abstracto*; 3. A filosofia possui inúmeros conceitos irresolúveis, ou seja, conceitos que não podem ser formados por outros mais fundamentais; no conhecimento matemático, diferentemente, a partir de poucos conhecimentos indemonstráveis, outros são demonstrados; 4. Como consequência desses pontos, Kant conclui que os objetos da matemática são simples e fáceis e os da filosofia são difíceis e complexos. Partindo disso, podemos analisar a segunda consideração da *Investigação*, onde Kant, após distinguir o método matemático do filosófico, se detém em elaborar um método adequado para a filosofia, que visa fornecer um caminho seguro para a metafísica.

1.2 Método filosófico

DISTINÇÃO ENTRE MÉTODO MATEMÁTICO E FILOSÓFICO EM KANT
o problema da síntese na filosofia



O resultado obtido até agora é predominantemente negativo, pois se limita a mostrar que à filosofia não cabe o método matemático de síntese. Qual seria então o método próprio da filosofia? Já na Introdução da *Investigação*, Kant, ao anunciar o método que o guiou para escrevê-la, afirma que não se fiará “nas doutrinas dos filósofos, cuja insegurança dá ensejo justamente à presente tarefa, nem nas definições, que enganam com tanta frequência” (UD, AA 02: 275). Posteriormente, na segunda consideração, denominada “O único método para alcançar a máxima certeza possível na Metafísica”, Kant afirma: “pode-se freqüentemente conhecer muito sobre um objeto, distintamente e com certeza, podendo-se também derivar conseqüências seguras a partir daí, antes que se esteja em posse de sua definição e mesmo quando não se há de fornecê-la” (UD, AA 02: 284). Kant mostra que as definições na filosofia tendem a ser imprecisas e nunca completamente certas, conseqüentemente, não é seguro derivar conseqüências a partir delas (cf. UD, AA 02: 283-284).

Apesar de negar que a filosofia possa dispor de definições, Kant não deixa de propor quais procedimentos cabem a ela. Para isso, Kant propõe duas regras principais do método filosófico. A primeira regra diz que na filosofia não se deve começar com definições, mas procurar notas características de um objeto que são imediatamente certas, e tirar conseqüências a partir daí (cf. UD, AA 02: 285). A segunda regra prescreve o seguinte

Assinalem-se, em particular, os juízos imediatos sobre o objeto, em vista do que primeiramente se encontra nele com certeza, e depois que se esteja certo de um não estar contido no outro, antecipem-se esses juízos, qual os axiomas da geometria, como base para todas as inferências (UD, AA 02: 285).

Em vez de buscar a definição, o filósofo deve buscar “os juízos imediatos sobre o objeto”, que se encontram nele com certeza. Entretanto, há, nessa passagem, um elemento bastante paradoxal com relação à proposta da *Investigação* para o método da filosofia. Kant diz que os juízos imediatamente certos devem ser usados como base para as inferências, tal como os axiomas da *geometria*. É paradoxal, pois Kant é bastante incisivo em negar a incorporação do método matemático pela filosofia, de modo que, pouco antes dessa passagem, Kant diz: “pode-se dizer, com o bispo Warburton, que nada tem sido tão prejudicial à filosofia quanto a matemática, a saber, a imitação que, no método de pensar, se faz da matemática, onde é impossível utilizá-la” (UD, AA 02: 283).

Kant é muito mais explícito em afirmar que a ciência da natureza – e não a matemática – deve servir como modelo para a filosofia. A passagem citada acima



faz somente uma menção quanto à utilização de juízos fundamentais como base para inferências, ou seja, Kant não afirma que a filosofia deva incorporar amplamente o método geométrico¹⁰. Ao contrário, com relação à ciência da natureza, Kant diz: “O autêntico método da metafísica é, no fundo, idêntico àquele introduzido por Newton na ciência da natureza e que foi de consequências proficuas para ela” (*UD*, AA 02: 286). Na ciência da natureza, deve-se procurar por regras para os fenômenos a partir de experiências seguras. Quanto à metafísica, Kant afirma

Do mesmo modo na metafísica: procurai, por uma experiência interior segura, isto é, por uma consciência imediata evidente [ein unmittelbares augenscheinliches Bewusstsein], aquelas notas características que certamente residem no conceito de uma qualidade universal qualquer, e mesmo que não conheçais toda a essência da coisa, podeis vos servir seguramente daquelas notas características, para deduzir muito na coisa a partir delas (*UD*, AA 02: 286).

Na “Introdução”, Kant já se refere ao caráter empírico do método por ele defendido, pois afirma que, para que seu tratado possua um método seguro, deve-se partir de proposições *empíricas*¹¹ seguras e extrair consequências imediatas a partir delas. Kant também menciona, na “Introdução”, que irá se guiar pelo método newtoniano das ciências da natureza (cf. *UD*, AA 02: 275). Entretanto, o método newtoniano deve partir de uma experiência do objeto, e o método proposto por Kant para a metafísica, deve partir de uma experiência *interior* do objeto. Essa experiência interior do objeto pode ser mais bem compreendida a partir do seguinte exemplo

Mesmo que jamais definisse o que é um desejo, poderia dizer no entanto, com certeza, que todo desejo pressupõe uma representação do desejado, que essa representação é uma previsão do futuro, que a ela se vincula o sentimento de prazer etc. Tudo isso cada um percebe constantemente na consciência imediata do desejo (*UD*, AA 02: 284).

¹⁰ No *Ensaio para introduzir a noção de grandezas negativas em filosofia* (1763), Kant também nega o emprego do método matemático na filosofia: “O emprego filosófico que se pode fazer da matemática consiste quer na imitação de seu método, quer na aplicação de suas proposições aos objetos da filosofia. Não se vê no que a primeira tenha sido de algum proveito até agora, tão grande a vantagem que inicialmente se prometia tirar dela; além disso, os títulos honoríficos com os quais, por inveja da geometria, se adornavam as proposições filosóficas foram pouco a pouco caindo por terra...” (*NG*, AA 02: 167).

¹¹ Pouco tempo depois de escrever a investigação, Kant propõe no texto introdutório da organização das aulas no semestre de 1765-1766 que o melhor caminho para o ensino de filosofia também deve tomar como ponto de partida juízos de experiência, método que deve estar em sintonia com o avanço natural do conhecimento humano (SCHERER, 2019, p. 70).



O conceito que Kant utiliza nesse exemplo consiste em um sentimento da alma humana. Esse objeto – assim como outros exemplos da *Investigação*: o conceito de tempo e espaço, de representação, sucessão e simultaneidade, outros sentimentos, como o belo e o sublime (cf. *UD*, AA 02: 280) – são distintos dos objetos da ciência da natureza, ou seja, dos fenômenos físicos. Conseqüentemente, a filosofia não pode dispor de experiências e observações materiais como faz a física newtoniana; é por isso que ela deve pautar-se em uma experiência interior com o objeto. Contudo, o método proposto por Kant na *Investigação* não deixa de ser um método empírico; é o que Kant explicita na Introdução ao afirmar: “Confiarei, por isso, a todo o conteúdo de meu tratado proposições empíricas seguras e conseqüências imediatas extraídas a partir delas” (*UD*, AA 02: 275).

Se, por um lado, Kant dá ênfase no procedimento empírico, ao modelo da física newtoniana, para a filosofia, Kant também afirma, por outro lado, que o filósofo deve proceder de modo analítico. Isso pode gerar uma ambigüidade, não ficando claro se Kant está propondo um método de análise de conceitos, ou um método de observação empírica. Essa ambigüidade pode ser desfeita com a seguinte passagem da *Ótica* de Newton, onde temos a descrição do método empregado na ciência da natureza.

A análise consiste em realizar experimentos e observações, e em tirar deles conclusões gerais por meio da indução, sem admitir nenhuma objeção contra as conclusões a não ser as que decorrem de experimentos ou de outras verdades. Pois hipóteses não devem ser consideradas na filosofia experimental. [...]. Através dessa análise podemos proceder dos compostos para os componentes, e dos movimentos para as forças que os produzem; e, em geral, do efeito para suas causas, e de causas particulares para causas mais gerais, até que o argumento se conclui na causa mais geral. Esse é o método de análise; e a síntese consiste em assumir as causas descobertas e estabelecidas como princípios, e explicar os fenômenos que procedem delas, e provar as explicações (NEWTON, 1952, p. 403/404).

Segundo Newton, o método de análise – método que o próprio Kant afirma ser o modelo adequado para a filosofia - deve partir de dados empíricos (experimentos e observações), para, a partir disso, buscar as causas mais gerais, indo do composto para o componente. Paralelamente, na filosofia, segundo Kant, o conceito inicialmente é *dado* para o filósofo (cf. *UD*, AA 02: 276), o que significa que o filósofo não pode conceber um conceito, mas partir de conceitos dados por uma experiência interior. O erro do racionalismo leibniziano, segundo Kant, é justamente inventar conceitos ao tentar defini-los: “Ele [Leibniz], aqui, não havia definido essa mônada, mas excogitado; pois o conceito de mônada não lhe fora dado, mas foi por ele inventado” (*UD*, AA 02: 276).



Desse modo, tratamos de desfazer um possível mal-entendido com relação ao significado da análise proposta na *Investigação*, a saber, que a análise aqui não significa mera análise conceitual vazia, e, com isso confirmar parte da nossa hipótese inicial de que Kant já aponta no período pré-crítico que, para que a filosofia possa alcançar a máxima certeza possível – e, assim, para que a metafísica possa entrar em um caminho seguro –, é necessário ir além do mero trabalho conceitual vazio; nesse caso, é a experiência interior que possibilita uma conexão do conceito com seu objeto. É precisamente para evitar que o filósofo apenas invente conceitos que não possuam relação com objeto algum que, na *Investigação*, Kant rejeita o método de composição (síntese) de conceitos – tal como Leibniz teria feito quando, ao tentar definir o conceito de mônada, acabasse por inventá-lo – e defende o método de decomposição (análise) de conceitos dados.

Contudo, Kant não rejeita a possibilidade de posteriormente empregar o método de síntese na filosofia, como afirma no final da terceira sessão: “Ainda não é hora de proceder sinteticamente na metafísica; só quando a análise nos tiver propiciado conceitos distinta e minuciosamente entendidos poderá a síntese, como na matemática, subordinar os conhecimentos compostos aos mais simples” (*UD*, AA 02: 290). O método sintético só é possível, segundo Kant, depois que a análise “tiver propiciado conceitos distinta e minuciosamente entendidos”.

Esses dois pontos - o emprego do método analítico que parta de dados empíricos e a posterior possibilidade do método sintético na filosofia - nos auxiliam a compreender o método proposto na *Crítica da razão pura*. Nesta, Kant também defende, tal como em 1764, que a filosofia não deve ficar restrita à mera análise lógica; na *Crítica*, contudo, o método que propõe para a filosofia não é mais o da física newtoniana, mas, paradoxalmente, o método de síntese transcendental por conceitos.

2 PERSPECTIVA CRÍTICA: A DISCIPLINA DA RAZÃO PURA NA CRP E O MÉTODO FILOSÓFICO DE SÍNTESE POR CONCEITOS

A primeira seção deste artigo permitiu destacar um ponto importante e desfazer uma eventual confusão sobre o papel da *análise* no método filosófico do período pré-crítico, a saber, que Kant não propôs um método para a filosofia que se restrinja unicamente à decomposição conceitual. Ao contrário, Kant defende que a filosofia deve buscar na experiência notas características de seus objetos. Essa conclusão nos permite agora



dar um passo importante para compreender alguns pontos semelhantes entre a *Investigação* e a *Crítica da razão pura*, e a inovação que esta traz em relação ao tratado de 1764. Na seção 2, analisaremos as partes da *Disciplina da razão pura*¹² que comparam a matemática com a filosofia e, com base nessa comparação, estabelecem como a filosofia deveria proceder em suas provas. Em 2.1, pretendemos mostrar que Kant denuncia, tal como na *Investigação*, a impossibilidade de que a filosofia possa incorporar o método matemático. Em 2.2 veremos que o método para a filosofia no período crítico também não se restringe à análise de conceitos; contudo, o importante é notar que esse método já não poderá, como antes, tomar como modelo o método da física newtoniana. Como consequência, Kant tem de propor um método de prova que empregue uma síntese que, não obstante, seja por meros conceitos: a síntese transcendental por conceitos.

2.1 Distinção entre matemática e filosofia

Na *Crítica da Razão Pura*, Kant retoma a questão sobre a rigorosa distinção entre o método da matemática e da filosofia. Na primeira seção da *Disciplina da Razão Pura – A disciplina da razão pura com relação ao seu uso dogmático* – Kant investiga se o método matemático e o método filosófico para alcançar certezas apodíticas seriam idênticos. A primeira diferença essencial entre os dois modos de conhecimento é que “o conhecimento filosófico é o conhecimento da razão por conceitos, e o matemático por construção de conceitos. Construir um conceito, porém, significa expor a intuição *a priori* a ele correspondente” (*KrV*, A713/B741).

A segunda diferença proposta por Kant – e consequência da anterior – é que o “conhecimento filosófico, portanto, considera o particular somente no universal, e o matemático, o universal no particular, ou mesmo no singular, mas igualmente *a priori*, e por meio da razão” (*KrV*, A714/B742). Isso significa que a matemática utiliza sempre a intuição, enquanto a filosofia atém-se somente aos conceitos universais.

Para tornar claro esse ponto, Kant levanta a hipótese de que o filósofo recorra ao método analítico para pensar o conceito matemático de triângulo. Ao tentar descobrir qual a relação da soma dos ângulos internos do triângulo com relação ao ângulo reto, o filósofo apenas refletiria

¹² A *Disciplina da razão pura* está dividida em quatro seções. Neste artigo, iremos analisar somente a primeira e a quarta seções. Na primeira, Kant trata da distinção entre o método da matemática e da filosofia; na quarta Kant descreve o método transcendental próprio da filosofia crítica. Na segunda e na terceira seções Kant aborda o uso polêmico da razão e seu uso hipotético, respectivamente.



sobre o triângulo, sem, contudo, produzir nenhum conhecimento novo, uma vez que se limitaria a *decompor e esclarecer* esse conceito. Como o filósofo não pode recorrer à intuição como faz o matemático, ele nunca irá encontrar nada que esteja fora desse conceito e possa ultrapassá-lo (cf. *KrV*, A716/B744). Assim, aqui Kant parece dizer que o método filosófico é mera análise conceitual. Essa aparente limitação do método filosófico à análise de conceitos talvez despiste o leitor¹³. Porém, logo na sequência Kant explicita que a filosofia opera uma *síntese por meros conceitos*.

Existe uma síntese transcendental por meros conceitos, de fato, que serve apenas à filosofia, mas ela nunca diz respeito a mais do que uma coisa em geral, sob cujas condições a sua percepção poderia pertencer à experiência possível (*KrV*, A719/B 747).

Esse ponto em que Kant se refere ao método da filosofia enquanto análise de conceitos não é de extrema importância, pois Kant não apenas diz que a filosofia pode dispor de uma síntese, mas, paradoxalmente, que a síntese é por meros conceitos. Como entender, no contexto crítico, uma síntese por conceitos? Devemos entender por síntese não apenas o método sintético de ir do componente para o composto (como Kant explicita nos *Prolegômenos*) (cf. *Prol AA* 04: 41), mas também síntese enquanto formulação de proposições sintéticas, que se distingue da análise na medida em que exige um elemento extra conceitual. Não se encontra nessa síntese por conceitos a chave para entender o método filosófico proposto por Kant para a própria investigação crítica? O termo transcendental que qualifica a síntese indica que a filosofia, uma vez que passou pela crítica, possui proposições transcendentais que, como tais, não podem ser construídas sinteticamente na intuição; restaria à filosofia, portanto, uma síntese *por conceitos*.

Proposições transcendentais, diz Kant, são proposições *sintéticas* sobre coisas em geral cuja intuição não pode ser dada *a priori*: “Ela contém apenas a regra segundo a qual uma certa unidade sintética deve ser empiricamente buscada para algo que não pode ser representado intuitivamente *a priori* (as percepções)” (*KrV*, A720/B748). É importante ressaltar o que Kant afirma nessa passagem: uma proposição transcendental contém a *regra* que fornece a unidade sintética às percepções, mas essa unidade só pode ser encontrada empiricamente. Ao explicar a diferença entre os conceitos da matemática e da filosofia, Kant explica melhor esse ponto

¹³ Schelling se baseia precisamente nessa passagem para afirmar que Kant “concebe o método demonstrativo na filosofia apenas no espírito do dogmatismo e como análise lógica” (SCHELLING, 2001, p. 89).



Eu construiria o conceito matemático de um triângulo, i. e., o daria *a priori* na intuição, e desse modo obteria um conhecimento sintético, mas racional. Se me é dado porém o conceito de uma realidade, substância, força, etc., então ele não designa nem uma intuição empírica nem uma intuição pura, mas apenas as sínteses das intuições empíricas (que, portanto, não podem ser dadas *a priori*); e dele, portanto, uma vez que a síntese não pode passar *a priori* para a intuição que lhe corresponde, não pode surgir também nenhuma proposição sintética determinante, mas apenas o princípio da síntese das intuições empíricas possíveis. Uma proposição transcendental, portanto, é um conhecimento sintético da razão segundo meros conceitos e, portanto, um conhecimento discursivo, já que por meio dele se torna primeiramente possível toda unidade sintética do conhecimento empírico, mas nenhuma intuição é dada *a priori* (*KrV* A722/B750).

91 Enquanto a matemática expõe o objeto na intuição, a filosofia “pressupõe as condições da síntese nas quais um objeto poderá vir a ser indiretamente acolhido quando a sua matéria puder preencher as regras de unificação de uma síntese empírica” (SENEDA, 2018, p. 49). Os fenômenos possuem dois aspectos distintos: a forma, isto é, a intuição *a priori*, e a matéria, ou seja, o elemento empírico (*KrV*, A723/B751). O método matemático considera o fenômeno segundo a forma no qual ele nos é dado (o espaço ou o tempo). O método filosófico considera o fenômeno segundo sua matéria ou conteúdo, ou seja, segundo o elemento empírico do fenômeno; mas como a filosofia não é um conhecimento empírico – e a matéria corresponde a uma sensação, que, portanto, só pode ser dada de modo determinado empiricamente – a filosofia considera somente o aspecto *a priori* do conteúdo dos fenômenos que são “conceitos indeterminados da síntese de sensações possíveis, na medida em que estas pertençam à unidade da apercepção (em uma experiência possível)” (*KrV*, A723/B751).

O método filosófico transcendental, portanto, trata das regras que fornecem unidade sintética à intuição empírica. Kant afirmou primeiro que os conceitos de realidade, substância, força, etc (conceitos puros) fornecem as sínteses das intuições empíricas (*KrV*, A722/B750), e em seguida afirma algo parecido ao dizer que os conceitos *a priori* da filosofia são “conceitos indeterminados da síntese de sensações possíveis, na medida em que estas pertençam à unidade da apercepção (em uma experiência possível)” (*KrV*, A723/B751).

Apesar da dificuldade dessas passagens, elas, ainda assim, tornam possível entendermos uma diferença essencial entre o conhecimento matemático e o filosófico: enquanto a matemática parte da intuição *a priori* para construir os conceitos de seus objetos; a filosofia investiga as regras *a priori* que fornecem unidade à experiência. Consequentemente, Kant conclui que a filosofia, por possuir uma natureza tão distinta do conhecimento matemático, não poderá utilizar de seu método baseado em três procedimentos principais: definições, axiomas e demonstrações (*cf.* *KrV*, A726-727/B754-755). A



filosofia não executa nenhum desses três procedimentos, ao menos não no mesmo sentido que a matemática, pois ela não dispõe de uma intuição.

Com relação às definições, Kant argumenta que nem conceitos empíricos nem conceitos dados *a priori* podem ser definidos: “Definir, como a própria expressão indica, deve significar apenas, em sentido próprio, expor o conceito concreto de uma coisa, originariamente no interior dos seus limites” (*KrV*, A727/B755). Os conceitos dados *a priori* não podem ser definidos; como exemplos desses conceitos, Kant menciona os conceitos de substância, causa, direito e equidade (*cf.* *KrV*, A728/B756). A justificativa desta impossibilidade é a seguinte

Pois eu nunca posso estar seguro de que a representação clara de um conceito dado (ainda confuso) foi exaustivamente desenvolvida, a não ser que eu saiba que ela é adequada ao objeto. Como o conceito deste, porém, tal como é dado, pode conter muitas representações obscuras que não percebemos ao analisá-lo, muito embora o utilizemos sempre na aplicação, a completude da análise de meu conceito é sempre duvidosa e só pode ser tomada supostamente certa através de muitos exemplos adequados, mas jamais *apoditicamente* certa (*KrV*, A728-729/B756-757).

92

Assim como na *Investigação*, Kant afirma que apenas os conceitos arbitrariamente concebidos podem ser definidos; quando crio tal tipo de conceito, já introduzo na sua definição tudo o que queria pensar sob ele. Esses conceitos são concebidos *a priori* através de uma síntese arbitrária (*cf.* *KrV*, A729-730/B757-758). Quanto à filosofia, Kant novamente afirma que seu papel é analisar um conceito inicialmente *dado*; ou seja, também na *Crítica*, Kant retoma a impossibilidade de o filósofo conceber conceitos, tal como o matemático que concebe o conceito ao defini-lo. A definição em filosofia torna claro um conceito inicialmente confuso, e rigorosamente, não pode ser chamada de definição. Agora podemos entender por que Kant afirmou que o trabalho do filósofo, em comparação com o do geômetra, é decomposição e esclarecimento de conceitos; assim como na *Investigação*, a análise é necessária pois a filosofia parte de conceitos dados, mas de modo confuso, e deve torná-los claros.

Kant tira duas conclusões a partir dessa análise:

- a) A filosofia não deve imitar a matemática e investigar a partir das definições de seus objetos. Uma vez que a definição na filosofia é decomposição de conceitos, esses conceitos devem vir antes, ainda que confusamente, e a exposição completa de um conceito só pode ser dada no final de uma investigação. A filosofia deve, portanto, finalizar a investigação pelas definições; em rigor, as definições na filosofia não podem ser consideradas no mesmo sentido que as definições encontradas na matemática (*cf.* *KrV*,



A730-731/B758-759). Vemos, com isso, que Kant defende a decomposição de conceitos para a filosofia somente no que diz respeito às definições, mas não como método da filosofia como um todo.

- b) As definições matemáticas (sintéticas) não são suscetíveis de erro, uma vez que a matemática constrói o conceito pela definição, o que não é o caso da definição na filosofia, que é analítica

Definições analíticas, por outro lado, podem estar erradas de diversos modos: ou porque introduzem características que na verdade não estavam no conceito, ou porque carecem da completude, que é o essencial de uma definição, na medida em que nunca se pode ter uma certeza tão completa sobre a completude de sua análise. Por isso o método matemático não pode ser imitado nas definições em filosofia (*KrV*, A732/B760).

É importante aqui, para compreender melhor esse ponto, confrontar Kant com o que Euclides diz nos *Elementos*. Na definição II do Livro I, Euclides define *linha* do seguinte modo: “Linha é comprimento sem largura” (2009, p. 97). Na definição IV, temos a definição de linha reta: “Linha reta é aquela que está posta por igual com os pontos sobre si mesma” (EUCLIDES, 2009, p. 97). Segundo a *Disciplina*, tal como examinada acima, Euclides concebeu os conceitos de linha e linha reta a partir da intuição *a priori* do espaço.

Esses objetos foram concebidos arbitrariamente, mas não são meros conceitos vazios, pois a intuição pura do espaço serve como forma a partir da qual eles são pensados. Pois, apesar do nosso entendimento ser capaz de pensar objetos que são logicamente possíveis, mas impossíveis na realidade, a intuição pura tem o papel de distinguir entre os dois casos. É por isso que a matemática não corre o risco de definir objetos que possuem consistência lógica, mas que não possuem validade objetiva (FRIEDMAN, 1992, p. 102). Já a filosofia lida com conceitos que não são limitados pela intuição *a priori*, portanto, caso o filósofo inicie seu trabalho pela definição, ele corre o risco de definir um conceito vazio.

O próximo tópico examinado por Kant é sobre a possibilidade ou não de haver axiomas na filosofia, em comparação com a matemática. Não é surpresa que Kant defenda que a filosofia não utilize axiomas por ser um conhecimento por conceitos, ou seja, um conhecimento não intuitivo. Isso porque, segundo Kant, dois conceitos não podem estar ligados sinteticamente e ao mesmo tempo de modo imediato, pois, se a ligação é sintética, deve haver algo fora destes conceitos (um terceiro elemento mediador) que faça a ligação entre eles. A ligação só é imediata entre um conceito e uma intuição, como ocorre na matemática (*cf. KrV*, A732/B760).



Axiomas matemáticos são comumente entendidos como proposições tomadas como verdadeiras sem precisar de demonstração. A verdade de um axioma é auto evidente e por isso ele é um princípio a partir do qual outras verdades são demonstradas. Segundo Kant, esse caráter dos axiomas matemáticos é em razão de o predicado conectar-se ao seu sujeito (o objeto) através da intuição *a priori* (cf. *KrV*, A732-33/B760-61). Já quanto aos princípios da filosofia, Kant diz

Um princípio sintético derivado de meros conceitos, pelo contrário, não pode ser nunca imediatamente certo; como, por exemplo, a proposição de que tudo que acontece tem sua causa; pois eu preciso providenciar um terceiro, qual seja, a condição da determinação temporal em uma experiência, e não poderia conhecer tal princípio direta e imediatamente, apenas a partir dos conceitos (*KrV*, A733/B761).

94

A filosofia possui princípios discursivos que não são imediatamente certos, pois para que o predicado e o sujeito se conectem em tais princípios é necessário um terceiro elemento mediador (cf. *KrV*, A733/B761). Quanto à matemática, tomemos novamente como exemplo a geometria euclidiana. No axioma 9 do Livro I dos *Elementos*, Euclides diz: “Duas retas não contêm uma área” (2009, p. 99). Aqui, já temos os objetos linha e linha reta – concebidos nas definições 2 e 4 respectivamente. Segundo Kant, o predicado ‘não compreender uma área’ está ligado sinteticamente ao objeto ‘linha reta’, através da intuição pura do espaço. Ou seja, na definição em concebo arbitrariamente um objeto a partir da intuição *a priori*, no axioma eu penso predicados ligados de modo sintético a esse objeto. Esses predicados podem ser pensados sinteticamente, pois os objetos já estão dentro das determinações da intuição pura, uma vez que foram concebidos a partir dela na definição. Já nos princípios da filosofia, o predicado não está ligado de modo intuitivo ao sujeito, de modo que tais princípios não podem ser chamados de axiomas, mas apenas de princípios discursivos. A justificativa desses princípios deve ser obtida “por meio de uma rigorosa dedução” (*KrV*, A734/B762).

Quanto às demonstrações, Kant afirma: “Somente uma prova apodítica, na medida em que é intuitiva, pode denominar-se demonstração” (*KrV*, A734/B762). No conhecimento discursivo, mesmo que um juízo seja apoditicamente verdadeiro, não temos uma demonstração, pois não pode haver uma certeza intuitiva nesse tipo de conhecimento. A matemática demonstra seus teoremas, pois nela os conceitos são construídos a partir da intuição *a priori*; mesmo na álgebra, que possui um caráter evidentemente mais abstrato, os conceitos são



expostos na intuição. Nesse caso, a exposição é feita através de sinais¹⁴. As demonstrações matemáticas se desenvolvem na intuição do objeto, de modo que a matemática considera o universal na intuição singular (*in concreto*), que evidencia qualquer erro na demonstração. A filosofia não demonstra, pois considera o universal através de conceitos (*in abstracto*). É em razão dessa distinção que Kant não denomina a prova filosófica demonstração, mas prova discursiva, “pois só podem ser produzidas através de meras palavras” (*KrV*, A735/B763).

Após termos compreendido a diferença entre o método intuitivo da matemática e o discursivo da filosofia, vemos que o principal motivo da filosofia não poder empregar esses três procedimentos próprios do método matemático, é que ela não dispõe de uma intuição *a priori* que possa guiá-la e limitá-la. Contudo, Kant salienta que isso não significa que a filosofia lide apenas com juízos analíticos: “Juízos analíticos, a rigor, não nos ensinam nada sobre o objeto além daquilo que o conceito que temos dele já contém em si, já que não ampliam o conhecimento sobre o conceito do sujeito, mas apenas o elucidam” (*KrV*, A736/B764). É preciso então que o método adequado da filosofia extrapole a mera análise conceitual. No que se segue, buscaremos compreender de que modo o método proposto por Kant na primeira crítica possibilita proposições sintéticas que não dispõem de nenhuma intuição, mas que não se restrinja ao mero procedimento analítico de decomposição e esclarecimentos de conceitos.

95

2.2 Método filosófico

A análise precedente do que separa o método matemático do método filosófico permite compreender, com maior clareza, o que é a síntese transcendental por meros conceitos. É precisamente na última seção da *Disciplina da razão pura*, denominada *Disciplina da razão pura em relação às suas provas*, que Kant apresenta essa síntese como o único método de prova adequado para a filosofia crítica. De fato, nela encontramos a explicitação e justificação do método que a própria *Crítica* havia seguido ao propor suas provas na *Doutrina dos elementos*. Kant inicia essa Seção do seguinte modo

As provas das proposições transcendentais e sintéticas têm em si, entre todas as provas de um conhecimento sintético *a priori* a propriedade de que a razão

¹⁴ Assim como na *Investigação* (cf. *UD*, AA 02: 278), na *Crítica da razão pura* Kant também distingue aritmética e geometria em termos de símbolo e figura. A aritmética nos fornece regras e operações que nos permitem calcular grandezas por meio de uma linguagem simbólica, enquanto a geometria trata das próprias figuras dos objetos; a essa distinção corresponde dois tipos de construções, construção simbólica (aritmética) e construção geométrica (geometria) (cf. FRIEDMAN, 1992, p. 108/113).



não pode nelas, através de seus conceitos, dirigir-se diretamente ao objeto, mas tem de estabelecer antes, *a priori*, a validade objetiva dos conceitos e a possibilidade da síntese dos mesmos. Isto não é somente algo como uma regra necessária de prudência, mas diz respeito à essência e a possibilidade da prova mesma. Se devo ir além, *a priori*, do conceito de um objeto isto é impossível sem um fio condutor particular encontrável fora desse conceito. Na matemática é a intuição *a priori* que conduz a minha síntese, e todas as inferências podem, nela, ser efetuadas imediatamente na intuição pura. No conhecimento transcendental que se ocupa apenas dos conceitos do entendimento esse fio é a experiência possível [*mögliche Erfahrung*]. A prova não mostra, com efeito, que o conceito dado (daquilo que acontece, por exemplo) conduza diretamente a um outro conceito (aquele de uma causa), pois semelhante passagem seria um salto que não se poderia justificar; mas ela mostra que a própria experiência, portanto o objeto da experiência, seria impossível sem tal conexão. A prova tinha de indicar também, portanto, a possibilidade de chegar *a priori*, sinteticamente, a um certo conhecimento das coisas que não estava contido no conceito delas (*KrV*, A782-783/B810-811).

Essa passagem é especialmente importante, pois é nela que Kant expõe e caracteriza o método de prova proposto para a filosofia crítica, denominado método discursivo. Temos aqui quatro pontos essenciais desse método

- 1) Na prova transcendental a razão não se dirige diretamente ao objeto, mas determina a validade objetiva e a possibilidade da síntese dos conceitos;
- 2) Nela, não é a intuição, mas é a *experiência possível* que serve como fio condutor para que eu saia do conceito de um objeto e encontre algo fora dele de modo *a priori*;
- 3) Esse método se ocupa apenas dos conceitos do entendimento;
- 4) Essa prova não mostra que um conceito esteja contido no outro, como é próprio do juízo analítico; se é assim, então as provas que a *Crítica* adota na *Doutrina dos elementos* não podem provir da mera análise de conceitos. Consequentemente, a prova no método transcendental é um tipo muito peculiar de síntese *a priori*: por meros conceitos.

No primeiro ponto, Kant retoma uma característica do método filosófico que já tinha apontado ao diferenciar filosofia e matemática, a saber, que a filosofia não pode se dirigir diretamente ao objeto, pois isso só seria possível através da intuição, mas ela investiga a possibilidade de síntese dos conceitos. No segundo ponto, Kant explicita que é a experiência possível – e não a intuição – o fio condutor que possibilita a síntese por meros conceitos. É difícil entender uma noção tão paradoxal; contudo, é suficiente, aqui, mencioná-la, para mostrar que a *Crítica* atribui a si um método de prova de juízos sintéticos, apesar de parecer sugerir, em diversos momentos, que caberia à filosofia uma mera análise de



conceitos. No terceiro, vemos que somente os conceitos do entendimento são passíveis de prova, o que significa que - como Kant irá retomar posteriormente - as ideias da razão não podem ser provadas. No quarto ponto, Kant reitera que a filosofia não consiste em mera análise de conceitos, ao afirmar que: “A prova não mostra, com efeito, que o conceito dado (daquilo que acontece, por exemplo) conduza diretamente a um outro conceito (aquele de uma causa), pois semelhante passagem seria um salto que não se poderia justificar” (*KrV*, A783/B811).

Esses pontos ajudam a elucidar alguns elementos da sessão anterior. Ora, vimos em 2.1 que o método transcendental parte de conceitos para encontrar os princípios da síntese das intuições empíricas¹⁵, ou seja, princípios que fornecem a unificação de intuições empíricas que, sem eles, estariam desconectadas. Na passagem acima, Kant afirma que a prova transcendental “mostra que a própria experiência, portanto o objeto da experiência, seria impossível sem tal conexão [de causa e efeito]”. Tanto os conceitos do exemplo anterior (realidade, substância, força), quanto da passagem acima (conceito de causa e efeito), são conceitos do entendimento, e, como Kant explicita, o conhecimento transcendental “se ocupa apenas dos conceitos do entendimento”.

97

Também em 2.1, vimos que a filosofia não pode dispor de nenhuma intuição como faz a matemática. Consequentemente ela opera uma síntese por meros conceitos. Ora, se a filosofia não pode dispor da intuição *a priori*, ela deve então “estabelecer antes, *a priori*, a validade objetiva dos conceitos e a possibilidade da síntese dos mesmos”; e o fio condutor que me permite sair do conceito e estabelecer uma síntese, nesse caso, é a experiência possível; no entanto, a possibilidade de síntese desses conceitos deve ser previamente estabelecida. Com isso, Kant passa a elucidar em que consiste a síntese por meros conceitos. Contudo, ainda é difícil entender como a experiência possível, e não a intuição pura, possa servir como fio condutor em uma síntese *a priori*. Kant, então, fornece três regras próprias do método de síntese por conceitos. No que se segue, veremos se a exposição dessas regras nos ajuda a compreender melhor em que consiste essa síntese.

Na primeira regra Kant diz que as provas transcendentais devem estar estruturadas em princípios devidamente refletidos e justificados (*cf.* *KrV*, A786/B814). Em que consiste essa justificação, Kant esclarece logo em seguida. Pois, diz Kant, caso estejamos em posse de supostas provas de princípios da razão pura, devemos opor “o *non liquet* de sua madura faculdade de julgar à enganosa persuasão das mesmas [das provas]; e mesmo que vocês não

¹⁵ “Se me é dado porém o conceito de uma realidade, substância, força, etc., então ele não designa nem uma intuição empírica nem uma intuição pura, mas apenas as sínteses das intuições empíricas (que, portanto, não podem ser dadas *a priori*)” (*KrV*, A722/B750).



possam ainda penetrar a ilusão delas, tem todo o direito de exigir a dedução dos princípios aí empregados” (*KrV*, A786-787/B814-815). Ou seja, as provas transcendentais devem estar estruturadas em princípios justificados por uma *dedução*, o que só é possível para princípios do entendimento, pois eles “valem apenas para os objetos da experiência possível” (*KrV*, A786/B814).

Quanto à segunda regra, Kant afirma: “para cada proposição transcendental só pode ser encontrada *uma única prova*” (*KrV*, A787/B815). Essa regra estabelece outro critério de distinção entre a prova transcendental da filosofia e as provas da matemática e da ciência da natureza. Quando fazemos uma inferência recorrendo à intuição (seja ela pura ou empírica), e não apenas a um conceito, “então a intuição posta por fundamento me dá um material diverso para proposições sintéticas que posso conectar de mais de uma maneira; e, na medida em que posso partir de mais de um ponto, posso chegar à mesma proposição por diversos caminhos” (*KrV*, A787/B815). Já a prova na filosofia, por não poder tomar nenhuma intuição como fundamento, não pode possuir caminhos diversos para chegar à mesma proposição: “Agora, toda proposição transcendental parte apenas de *um único* conceito e enuncia a condição sintética da possibilidade do objeto segundo esse conceito” (*KrV*, A787/B815). Segundo Kant, isso significa que a prova transcendental “não pode conter nada além da determinação de um objeto em geral segundo esse conceito, que também é apenas um único” (*KrV*, A788/B816).

Quanto aos conceitos da razão, Kant diz

Se deve ser provada a proposição “tudo o que pensa é simples”, não se fica no diverso do pensamento, mas se permanece apenas no conceito do eu, que é simples, e ao qual se reporta todo pensamento. Acontece o mesmo com o conceito transcendental da existência de Deus, que se baseia tão somente na reciprocidade dos conceitos do ser realíssimo e do ser necessário e não pode ser buscada em nenhum outro lugar (*KrV*, A788-789/B816-817).

Kant, desse modo, reafirma a impossibilidade de derivar princípios a partir dos conceitos da razão, pois tal prova deve ter como fundamento princípios devidamente justificados por uma dedução, o que só é possível para os conceitos do entendimento. Quando se tenta provar conceitos da razão, fica-se na mera análise, própria da filosofia dogmática.¹⁶ Mas na prova dos princípios puros do entendimento, em que tem lugar a síntese transcendental por meros conceitos, a razão deve iniciar pela dedução desses conceitos.

¹⁶ Na *Dialética transcendental*, Kant prova a impossibilidade da metafísica especial, que diz respeito exatamente às ideias da razão. Resta à filosofia crítica a possibilidade da metafísica geral ou ontologia, exposta na *Analítica transcendental*, onde se estabelecerá, por exemplo, o princípio de causalidade que não se refere mais às coisas em si, mas aos fenômenos (CASANAVE, 2012, p. 669).



Na terceira regra, Kant diz que as provas transcendentais nunca devem ser *apagógicas*, mas sempre *ostensivas* (cf. *KrV*, A789/B817). A prova ostensiva, que é também chamada de prova direta, se caracteriza por ligar “à convicção da verdade o discernimento simultâneo de suas fontes” (*KrV*, A789/B817). Portanto, a prova ostensiva é uma prova que parte de verdades fundamentais para obter conhecimentos derivados. Quanto à prova apagógica, diz Kant

não pode produzir a compreensibilidade da verdade em relação à sua concatenação com os fundamentos de sua possibilidade. Assim, esta última é mais um auxílio de emergência que um procedimento capaz de satisfazer todos os propósitos da razão. No que diz respeito à evidência, contudo, ela tem uma vantagem em relação às provas diretas: a contradição traz mais clareza na representação que a melhor conexão e, assim, aproxima-se mais do intuitivo de uma demonstração (*KrV*, A790/B818).

A prova apagógica, portanto, não produz a compreensão da verdade concatenando-a com seus fundamentos; a verdade, nesse caso, é obtida por contradição, “e assim, aproxima-se mais do intuitivo”. Segundo Kant, este tipo de prova é ilícito na filosofia, porém lícito na matemática e nas ciências da natureza (cf. *KrV*, A792/B820). A filosofia não se funda na intuição, o que é exigido nesse tipo de prova; conseqüentemente, o filósofo não pode provar uma afirmação refutando seu oposto, pois, nesse caso, “ocorre com frequência que ou o oposto de uma certa proposição simplesmente contradiz as condições subjetivas do pensamento, mas não o objeto, ou as duas proposições só se contradizem sob uma condição subjetiva que seja tomada por objetiva” (*KrV*, A791/B819).

Após termos analisado as três regras da prova transcendental, podemos notar que, curiosamente, Kant não menciona o papel da experiência possível, de modo que permanece ainda a questão sobre como ela permite estabelecer uma síntese apenas por conceitos. No entanto, alguns pontos nos dão pistas para elucidar melhor essa questão. Segundo a primeira regra, na prova transcendental exige-se que os princípios empregados estejam justificados por uma dedução. Na segunda regra, Kant diz que as provas transcendentais “partem de *um único* conceito e enuncia a condição sintética da possibilidade do objeto segundo esse conceito” (*KrV*, A788/B816); por isso tais provas devem ser sempre únicas e sempre diretas.

Ao dizer que na prova transcendental os princípios devem ser justificados por uma dedução, quer-se dizer que os princípios derivam de conceitos deduzidos, pois, em primeiro lugar, o que Kant deduz na *Analítica transcendental* são conceitos do entendimento e não princípios, e, em segundo lugar, Kant afirma na segunda regra que a prova transcendental parte de conceitos. Se na síntese por conceitos, a razão parte de



conceitos do entendimento para derivar princípios, é justamente nessa derivação que ocorre a síntese; e, se a experiência possível é o fio condutor dessa síntese, surge a questão, qual a relação da experiência possível com os princípios do entendimento?

Apesar dessa questão exigir uma investigação mais ampla, há uma passagem, situada no final da primeira seção da *Disciplina*, que nos aponta a resposta

através dos conceitos do entendimento, ela [a razão pura] de fato estabelece princípios seguros mas não diretamente a partir de conceitos, e sim indiretamente, através da relação desses conceitos a algo inteiramente contingente, a saber, a experiência possível; pois quando esta (algo como objeto da experiência possível) é pressuposta, eles são de fato apoditicamente certos, mas não podem jamais ser conhecidos em si mesmos (diretamente) *a priori*. Ninguém pode, pois, discernir rigorosamente, apenas a partir desses conceitos dados, a proposição “tudo que acontece tem sua causa” (*KrV*, A737/B765).

Segundo essa passagem, a razão pura estabelece princípios seguros de modo indireto, através da relação dos conceitos do entendimento com a experiência possível. Ou seja, os conceitos do entendimento são deduzidos, já os princípios do entendimento são derivados desses conceitos quando tomamos por fundamento a experiência possível. Quando algo como objeto da experiência possível é pressuposto (algo inteiramente contingente), diz Kant, os conceitos do entendimento se tornam apoditicamente certos e podem ser transformados em princípios; mas, sem pressupor a experiência possível, não é lícito transformar um conceito do entendimento em uma regra geral. A possibilidade de prova na filosofia transcendental, empregada por Kant na *Crítica da razão pura*, diz respeito à dedução dos conceitos puros que constituem a faculdade do entendimento, para, a partir deles, derivar princípios que estão no fundamento de toda possibilidade de experiência¹⁷. Com isso podemos compreender por que Kant denomina esse método de síntese transcendental por meros conceitos. É transcendental, pois investiga os princípios *a priori* de possibilidade da experiência; é por meros conceitos, pois parte apenas dos conceitos do entendimento para que tais princípios sejam estabelecidos¹⁸.

¹⁷ Nos *Prolegômenos*, ao colocar a questão “É a metafísica verdadeiramente possível?”, Kant afirma ter empregado na primeira *Crítica* um método que busca *princípios* na razão pura: “Na *Crítica da razão pura*, tratei essa questão de modo sintético, isto é, investiguei na própria razão pura e procurei determinar, segundo princípios, nesta mesma fonte, tanto os elementos como as leis do seu uso puro” (*Prol AA* 04: 38/39).

¹⁸ Uma interpretação divergente à que foi apresentada neste artigo é de Lebrun no livro *Kant e o fim da metafísica*. Segundo Lebrun, a filosofia crítica não se reduz à análise das condições da objetividade, consequentemente, as determinações da experiência possível fornecida por Kant na primeira *Crítica* não servem para explicar uma natureza de fato. Para ele, o método próprio da filosofia é o método da reflexão. Assim, é na terceira *Crítica* que Lebrun irá buscar uma resposta para o estatuto da filosofia crítica (LEBRUN, 1993, p. 373).



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de termos analisado e comparado a *Investigação* e a *Disciplina da razão pura*, podemos extrair algumas conclusões sobre o método da filosofia. O ponto de partida para a formulação do problema foi a leitura de Schelling de que Kant, ao distinguir o método da filosofia do método da matemática, teria banido a construção de conceitos e, com esta, a possibilidade de juízos sintéticos na filosofia. Nossa conclusão é, por vários motivos, diversa. Outra conclusão relevante é que há muitas semelhanças entre a perspectiva pré-crítica da *Investigação* e a perspectiva crítica da *Disciplina*, tanto quanto à distinção entre método matemático e filosófico, quanto à caracterização deste segundo. Uma semelhança essencial entre os dois textos é que, em ambos, a comparação entre filosofia e matemática possui um propósito claro e bem definido: o de auxiliar a busca de um método seguro para a metafísica, que possa fornecer validade objetiva para tal conhecimento. Para isso, em ambas as perspectivas, a finalidade da investigação do método é fazer com que a metafísica deixe de ser um conhecimento baseado meramente em especulações lógicas ou conceituais - próprio do método dogmático. No entanto, as semelhanças não estão somente no caráter mais geral dos dois textos. É também bastante evidente a proximidade de alguns elementos específicos que compõem a *Investigação* e a *Disciplina*¹⁹. Veremos, então, essas semelhanças mais de perto.

1) No texto pré-crítico, Kant afirma que a matemática adquire suas definições de modo sintético a partir da *união arbitrária* de conceitos; nesse caso, a vinculação de conceitos constitui o próprio significado de síntese. Na *Crítica*, Kant afirma que somente os conceitos matemáticos podem ser definidos, uma vez que são concebidos de modo *a priori* através de uma *síntese arbitrária*; já nesse caso, essa síntese *a priori* só é possível pois a matemática tem por fundamento a intuição pura do espaço e do tempo.

2) Na *Investigação*, Kant diz que a filosofia adquire suas definições pela *decomposição e o esclarecimento analítico de conceitos* confusos, tornando-os minuciosos e determinados; no entanto, mais à frente, o autor dispensa a importância de empreender definições na filosofia, pois afirma ser possível conhecer um objeto distintamente e com clareza mesmo quando não possuímos sua definição, e afirma ainda que em muitos casos não é possível obtê-la. Na *Disciplina*, Kant volta a se referir ao trabalho do filósofo como

¹⁹ Essas semelhanças são confirmadas por Seneda (2018, p. 50) e por Figueiredo (2005, p. 20).



decomposição analítica de conceitos, e considera que as definições em filosofia correm sempre o risco de errar “ou porque introduzem características que na verdade não estavam no conceito, ou porque carecem da completude, que é o essencial de uma definição, na medida em que nunca se pode ter uma certeza tão completa sobre a completude de sua análise” (*KrV*, A728-729/B756-757).

3) Se em ambos os períodos os conceitos filosóficos nunca podem ser concebidos sinteticamente na definição, é porque tais conceitos são sempre *dados* ao filósofo, e nunca criados por ele; caso o filósofo tentasse definir um conceito pela síntese, correria o risco de meramente inventar um conceito sem objeto (como Kant acusa Leibniz na *Investigação*). No período pré-crítico, é a experiência interior que fornece conceitos para o filósofo; no período crítico, é a decomposição da faculdade *a priori* do entendimento²⁰. Mas em ambos os períodos, a filosofia deve sempre esclarecer conceitos dados, e nunca excogitados pelo filósofo.

4) O título do segundo parágrafo da *Investigação* diz, “a matemática considera, em suas resoluções [*aufösungen*], demonstrações e inferências, o universal sob os sinais *in concreto*, a filosofia considera o universal pelos sinais *in abstracto*.” Isso significa que na matemática temos sinais (aritmética) ou objetos geométricos (geometria), que nos permitem conhecer as regras gerais dessa ciência de modo concreto; já na filosofia temos sempre que usar *conceitos* universais das próprias coisas. Na *Disciplina*, ao comentar a impossibilidade de realizar demonstrações na filosofia, Kant afirma que a filosofia considera o universal somente por conceitos (*in abstracto*); e que a matemática possui demonstrações, pois nela o universal é sempre considerado na intuição singular *a priori* (*in concreto*).

5) Na *Investigação*, Kant diz que enquanto a matemática parte de poucas proposições indemonstráveis para demonstrar inúmeras outras proposições, a filosofia - que faz o caminho contrário, pois lida com conceitos indeterminados - não pode derivar conceitos complexos de conceitos mais fundamentais, pois aí “pode ocorrer o vício de considerar originária uma nota característica que ainda é deduzida” (*UD*, AA 02: 282). Na passagem da *Disciplina* que trata dos axiomas matemáticos, Kant afirma algo parecido, ao dizer que a filosofia não pode empregar proposições fundamentais tais como os axiomas matemáticos, pois ela não dispõe de uma intuição pura.

²⁰ Este ponto torna evidente uma proximidade desta leitura com a de Loparic e Scherer acerca do método em Kant. Pois o método de prova transcendental deve, inicialmente, decompor a faculdade do entendimento para encontrar conceitos puros fundamentais; a isso corresponde a parte analítica da investigação filosófica. Somente após estes conceitos serem obtidos pela decomposição do entendimento, o filósofo poderá derivar princípios como regras universais da experiência, o que corresponde à parte sintética da exposição.



Todos esses pontos em comum possuem, contudo, uma diferença fundamental: a solução que Kant propõe para que a filosofia possa adquirir um método seguro, mesmo sem jamais poder imitar a matemática. No texto pré-crítico, Kant propõe que um método seguro para a filosofia deve partir de notas características de um objeto que são imediatamente certas, para depois tirar consequências delas. Para encontrar essas notas características, o filósofo deve imitar o método empírico proposto por Newton ao observar o movimento dos corpos, no entanto na metafísica devemos partir de uma *experiência interior segura*, o que significa uma *consciência imediata* do objeto.

Já na *Crítica*, Kant propõe um método filosófico em que a razão não possa dirigir-se diretamente ao objeto. Esse método, em conformidade com a tarefa crítica de delimitar o alcance do conhecimento *a priori*, vai exigir da filosofia uma síntese dos conceitos. Como entender essa síntese? Na *Crítica*, uma das investigações mais importantes para resolver o problema do limite do conhecimento, está na *dedução transcendental* dos conceitos puros. O que nos interessa aqui é o método da prova, tal como explicitado na *Disciplina da razão pura*: a dedução das categorias estabelece a possibilidade de síntese dos conceitos do entendimento, justificando, assim, uma síntese *a priori* sem a presença da intuição pura. Essa síntese, contudo, só será obtida na *Analítica dos princípios*, tendo como fio condutor a experiência possível. Isso significa que não é a partir de qualquer conceito que podemos obter um princípio sintético, mas apenas dos conceitos passíveis de dedução. Essa síntese *a priori*, portanto, não é intuitiva, mas transcendental.

Apesar de não ter sido possível explorarmos, neste artigo, a noção de *dedução transcendental*, nem a derivação dos conceitos do entendimento em princípios do entendimento, acreditamos ter afastado, primeiro, a leitura que reduz o método crítico a uma análise conceitual, por Kant recusar a construção de conceitos na filosofia; acreditamos também, em segundo lugar, ter indicado o caminho para uma investigação ampla da *Analítica transcendental*, tendo em vista o método descrito na *Disciplina*, fundamental para melhor compreender a síntese transcendental por conceitos. Este artigo, portanto, abre um campo a ser mais bem explorado, que não está em seu escopo, mas que já foi suficientemente enunciado aqui: a *síntese transcendental por conceitos* própria do método da filosofia crítica.



REFERÊNCIAS

- CASANAWE, A. “Por Construção de Conceitos”. Klein J. (Org.). In: *Comentários às obras de Kant: Crítica da Razão Pura*, pp. 657-694, Florianópolis: Nefipo, 2012.
- EUCLIDES. *Elementos de Geometria*. Tradução de Irineu Bicudo. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- FIGUEIREDO, V. “Apresentação”. In: *Escritos pré-críticos*, pp. 7-21. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- FRIEDMAN, Michael. “Concepts and Intuition in the Mathematical Sciences”. In: *Kant and Exact Sciences*, pp. 96-135. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press, 1992.
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2012.
- KANT, I. *Ensaio para introduzir a noção de grandezas negativas em filosofia*. Tradução de Vinicius de Figueiredo e Jair Barboza. In: *Escritos pré-críticos*, p. 51-100. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- KANT, I. *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*. Tradução de Luciano Codato. In: *Escritos pré-críticos*, p. 101-140. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- KANT, I. *Prolegômenos a toda metafísica futura*. Tradução de Artur Morão. Lisboa, Edições 70.
- LEBRUN, G. *Kant e o Fim da Metafísica*. Tradução de Carlos A. R de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LOPARIC, Z. *A semântica transcendental de Kant*. 5ª ed. Campinas: Unicamp/CLE, 2005.
- NEWTON, I. *Opticks or a Treatise of the Reflections, Refractions, Inflections e Colour of the Light*. New York: Dover Publications, 1952.
- SENEDA, M. “Conhecimento Racional por Conceitos (filosofia) e Conhecimento Racional por Construção de Conceitos (matemática)”. In: *Revista do Centro de Pesquisa e Estudos Kantianos Valério Rohden*, Marília, vol. 6, n. 2, 2018, pp. 45-52.
- SHELLING, F. “Sobre a Construção na Filosofia.” Tradução de Luciano Codato. In: *Cadernos de Filosofia Alemã*. São Paulo, vol. 7, 2011, pp. 87-111.
- SCHERER, F. “O Método Analítico na Filosofia de Kant.” In: *Revista do Centro de Pesquisa e Estudos Kantianos Valério Rohden*. Marília, vol. 7, n. 1, 2019, pp. 67-80.

